

---

# TRABALHO E PESCA: APONTAMENTOS PARA A INVESTIGAÇÃO

**Eduardo Schiavone Cardoso \***

eduscard@ig.com.br

## INTRODUÇÃO

Os pescadores em sua prática articulam os domínios da água, da terra e dos fenômenos atmosféricos. Quanto aos últimos, pescadores buscam conhecer e prever, para reduzir os riscos de sua lida. A terra é o espaço da morada, da realização do pescado enquanto mercadoria e alimento. São as águas, em extensão e profundidade, os espaços da extração do pescado, apropriados pelos pescadores e onde parte significativa da atividade pesqueira se manifesta.

As sociedades de pescadores transitam no mundo contemporâneo, marcado pelas suas contradições e antagonismos. Com relação ao espaço geográfico a pesca se baseia em áreas urbanas e rurais, não sendo exclusiva de nenhuma destas realidades e tem forte relação com as transformações nas dinâmicas espaciais. Nas águas costeiras, marinhas e continentais ocorre a busca pelo objeto de trabalho.

Rural, urbano, terra, água doce, mar, litoral: das dinâmicas territoriais, sociais, econômicas e ambientais presentes nestas realidades deriva o leque de situações de conflitos, alianças, lutas e mecanismos de disputas políticas envolvendo os trabalhadores da pesca. As respostas dos pescadores se manifestam em várias frentes, envolvendo os espaços de trabalho e morada e as instituições voltadas à representação de seus interesses profissionais – tais como colônias ou sindicatos, ou ligadas aos seus espaços de vida – associações de bairro, câmara de vereadores, por exemplo. Em anos mais recentes as chamadas ong's ligadas à preservação da natureza passam a compor o rol de entidades com as quais os pescadores se relacionam.

Diante desta situação, identificar o universo da interlocução que os pescadores estabelecem com as políticas públicas e com o capital, a partir das instituições que realizam esta mediação, bem como as ações que os pescadores engendram na sua

---

\* Depto. de Geociências – CCNE/UFSM. Pós-doutorando – Geografia – FCT – Unesp.

luta política, torna-se o elemento destas reflexões, que têm sido realizadas no âmbito do estágio de pós-doutorado, desenvolvido junto ao Departamento de Geografia – FCT – UNESP, com a supervisão do Prof. Antonio Thomaz Junior.

## O SETOR PESQUEIRO NO BRASIL

Retomar, em breves linhas alguns aspectos do setor pesqueiro no Brasil, tem a finalidade de apontar as ordens de grandeza deste setor, bem como destacar momentos de sua configuração na história do país. Ainda que já exposto em trabalhos anteriores, esta seção permite ao leitor uma aproximação com alguns aspectos desta realidade, ofuscada em parte por visões caricaturais que denotam à atividade pesqueira antes uma atividade de lazer, do que um setor laboral.

A origem da atividade pesqueira no Brasil remonta a períodos pré-históricos quando do estabelecimento dos primeiros agrupamentos humanos no território. Nos sambaquis espalhados pelo litoral, os vestígios arqueológicos apontam para o uso que as populações ancestrais faziam do mar para compor sua dieta alimentar. Conchas, carapaças de crustáceos, espinhas de peixe e ostras revelam uma dieta baseada na pesca e na coleta de frutos do

mar, praticadas pelos grupos pré-históricos que habitavam o litoral brasileiro.

As populações indígenas habitantes da zona costeira também faziam uso do mar para obtenção de alimentos. A presença ainda hoje de embarcações como a canoa e a jangada, as redes tecidas com fibras vegetais, algumas armadilhas para a captura de pescado e a cestaria empregada nas pescarias atuais, com maior ou menor transformação, revelam a herança deixada pelas diversas nações indígenas na cultura da pesca brasileira.

No Brasil colonial, a pesca abastecia parte dos núcleos urbanos e ao longo dos espaços não urbanizados complementava as atividades de pequenos agricultores e extratores litorâneos e ribeirinhos, presentes ainda hoje em algumas áreas do país. Silva (1988) ao tratar dos pescadores na história do Brasil aponta para a formação, em algumas localidades, de uma categoria de pescadores especializados já no Brasil Colônia, dentre os quais escravos pescadores. O mesmo autor descreve os *pesqueiros reais* da Amazônia, identificados pela produção realizada por indígenas era destinada à administração colonial. Porém, é a pesca da baleia que ganhou maior visibilidade entre as pescarias antigas no Brasil. Organizada em feitorias e armações, a atividade baleeira forneceu carne, toucinho e azeite para iluminação pública por mais de dois séculos.

A criação da Marinha de Guerra brasileira após a independência do país frente a Portugal e o estabelecimento da Capitania dos Portos em 1846, gerou novos mecanismos de intervenção do Estado na vida litorânea e marítima brasileiras. Pescadores e marinheiros, embarcações de pesca e de transporte passaram a se submeter à Marinha de Guerra, através das matrículas nas Delegacias da Capitania dos Portos, que guardava para si o direito de recrutar marinheiros e pescadores para compor seus quadros em caso de guerra. A partir de 1919 foi a Marinha a responsável pelo estabelecimento das Colônias de Pescadores e outros mecanismos de intervenção do Estado no setor (SILVA,1991).

No início do século XX, algumas inovações tecnológicas trazidas por pescadores espanhóis e portugueses, tais como: a pesca de linha de fundo com caícos, a pesca de camarão com arrasto de portas e a pesca de sardinha com traineiras, aliadas ao surgimento das primeiras empresas de conservação de pescado, irão marcar cada vez mais a diferenciação entre os modos de organização da produção pesqueira, fazendo surgir o chamado setor industrial capitalista na pesca (BERNARDES, 1958; DIEGUES, 1983).

A partir da década de 1960 as políticas do Estado brasileiro caminham para a

“modernização” e industrialização da pesca, tendo por base a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE e de uma política de fomento e subsídio para a criação de uma pesca empresarial e industrial no país.

Em um primeiro momento, tal política promoveu a expansão das capturas, saltando de cerca de 300.000 toneladas de pescado produzido nos anos de 1960, para uma faixa de 900.000 toneladas ao longo de 1970 e 1980. Após vinte anos de incentivos, os estoques explorados passaram a declinar e as empresas começam a fechar suas portas, aliado às denúncias e investigações relativas ao desvendamento de processos de desvio dos recursos destinados ao setor.

No final dos anos de 1980 a SUDEPE é extinta e as políticas federais voltadas à atividade pesqueira passaram a ser realizadas no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

No ano de 2003 o governo brasileiro cria a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, vinculada diretamente à Presidência da República e em 2009 esta secretaria se transforma no Ministério de Pesca e Aquicultura

A redução do pescado extrativo nos últimos 20 anos, que caiu para cerca de 750.000 toneladas, ocasionada entre outros motivos, pela sobrepesca, tem sido

acompanhada de um incremento da produção aquícola continental e marinha. No ano de 2004 a produção aquícola atingiu cerca de 269.000 toneladas, de modo que os montantes atuais de produção situam-se na faixa das 900.000–1.000.000 de toneladas, quantidade próxima daquela atingida no auge da industrialização do setor pesqueiro, porém com uma composição diversa, refletindo a expansão da aquíicultura e uma diminuição da pesca extrativa, enquanto setores de produção do pescado (IBAMA, 2005).

No ano de 2004 a produção pesqueira artesanal foi responsável por 49,7% do pescado produzido no Brasil, ao passo que a pesca industrial contribuiu com 23,7% e a produção aquícola com 26,5% (IBAMA, 2005). Qual seja, mesmo com os investimentos do Estado brasileiro para a criação de um setor pesqueiro industrial, ainda permanece a pesca de pequena escala, ou pesca artesanal, com uma participação significativa na composição das capturas de pescado no Brasil. É o setor predominante nas regiões norte e nordeste do país, ao passo que no sudeste e sul predominam as capturas industriais.

Em termos de aquíicultura pode-se realizar uma análise de acordo com os ambientes produtivos, subdividindo-a em aquíicultura continental, presente em todo o país com destaque para a produção de peixes e os cultivos marinhos - maricultura,

na qual destacam-se os cultivos de camarões no nordeste e moluscos no sul, especialmente em Santa Catarina. Em termos de estrutura produtiva e capitalização dos empreendimentos, fala-se em aquíicultura familiar e aquíicultura empresarial.

Dentre as ações da SEAP encontra-se a atualização dos cadastros do Registro Geral da Pesca, trabalho em andamento, que no ano de 2006 computou cerca de 390.000 pescadores no país e, segundo o texto base da 3ª Conferência de Aquíicultura e Pesca, hoje conta com cerca de 711 mil trabalhadores cadastrados (SEAP, 2006; SEAP, 2009). Nos anos 90 as estimativas situavam em cerca de 800 mil trabalhadores o contingente envolvido no setor pesqueiro brasileiro de forma direta e cerca de 4 milhões de forma indireta, atuando nos setores de construção de embarcações e aparelhos de captura, beneficiamento e industrialização da produção (DIAS NETO e DORNELLES, 1996).

## **ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PESCA**

As formas de organização e trabalho na atividade pesqueira revelam uma temporalidade com denotada importância. No caso brasileiro, por exemplo, os

chamados povos do Sambaqui já faziam da pesca atividade essencial em seus modos de vida, desvendados pela arqueologia pré-histórica. Indígenas, escravos, imigrantes de várias matizes aportaram à pesca brasileira elementos tecnológicos e culturais ao longo de momentos distintos da história.

Breton e Estrada (1989) atentam para o fato de que as sociedades pesqueiras, apesar de estarem desvinculadas dos esquemas evolucionistas da civilização humana, assumem importância histórica à medida que a pesca e a navegação - indissociáveis quando se trata de pesca marítima, exerceram papéis centrais nos processos de acumulação de capital e na consolidação do capitalismo mercantil nos séculos XV e XVI e na formação de centros urbanos importantes no Mar do Norte e no Canal da Mancha.

Diegues (1983) aponta para a existência de setores amplamente capitalizados e industrializados nas pescarias do século XIX na Inglaterra, França, Holanda e Alemanha.

Estas colocações remetem à Lefebvre (1978) quando aponta para a inexistência de um só camponês aparte de uma realidade política e econômica global. A esta observação, soma-se a de Breton e Estrada (1989), constatando que em muitas partes do mundo as comunidades de pescadores, situadas nas zonas de contato,

sofreram influência dos circuitos mercantilizados antes até do que populações rurais mais interiorizadas.

No caso do litoral paulista, crônicas de viajantes do século XVI, já descrevem os circuitos de troca ocorridos durante o início do processo de colonização. Nos séculos seguintes, algumas atividades como as armações baleeiras, os portos de escravos e de escoamento do ouro, os engenhos e os cafezais revelam a presença de um certo dinamismo na economia regional; na primeira metade do século XX, Mussolini (1980) relata a dinâmica pesqueira da região, constituindo centros especializados na pesca e pontos de difusão de tecnologias de pesca trazidas por imigrantes japoneses e a formação de um mercado e um preço para o pescado.

O que se apreende destas observações é a formação de uma categoria de trabalhadores voltada à produção do pescado que vai se estabelecendo em áreas costeiras, insulares e ribeirinhas e que apresenta diferenciações em suas formas de organização do trabalho e da produção.

Do pescador-lavrador que exerce a pesca no espaço contíguo à sua moradia, ao pescador transoceânico, empregado de uma empresa transnacional, algumas destas diferenciações e dinâmicas podem ser apontadas.

As transformações do espaço de terra foram em parte responsáveis pela

passagem do pescador-lavrador caíçara para o pescador exclusivo, dando origem ainda a novas possibilidades como o pescador-caseiro, o pescador-marinheiro de lancha, o pescador-dono de pousada, entre outras, refletindo o rebatimento das transformações espaciais nos movimentos e dinâmicas da configuração do trabalho na pesca no litoral paulista e novas formas de complementaridade entre atividades laborais.

A categoria de pescador artesanal é comumente empregada para designar os pescadores que exercem a pesca como atividade exclusiva, utilizando meios de produção próprios ou de um grupo familiar ou de vizinhança, não estabelecendo vínculos de assalariamento entre os produtores, utilizando instrumentos de produção com baixo emprego de tecnologia, entre outras características que diferem estes pescadores daqueles conhecidos como embarcados de empresas pesqueiras (DIEGUES, 1983). No litoral Norte Paulista a especialização na pesca é apontada como uma das resultantes do processo de migração dos antigos pescadores-lavradores para as cidades, decorrendo ainda de processos migratórios de pescadores catarinenses e capixabas para a região.

A presença de uma pesca empresarial no litoral Norte Paulista é representada por

algumas embarcações atuantes na captura de cações, camarão rosa, traineiras para a pesca da sardinha e outras espécies pelágicas, as pescarias de linha do Mar Novo e a pesca de parelhas. As relações de produção vinculam o pescador embarcado às empresas mediante assalariamento básico e ganhos de produtividade, relacionados ao resultado das capturas.

Nas frotas pesqueiras de armadores ou empresas a divisão do trabalho apresenta-se mais acentuada com a diferenciação das funções (mestre, motorista, gelador, cozinheiro, homens de convés e outras) repercutindo nas cotas de cada um na partilha dos rendimentos auferidos. Via de regra, desta partilha são deduzidas cotas para o dono do barco, por vezes para o dono da rede e para cobrir os custos da temporada de pesca.

A implantação de um setor pesqueiro industrial, verticalizado e com alto grau de incorporação de tecnologia representado pela Confrio – Companhia Nacional de Frigoríficos, instalada em São Sebastião na década de 1970 e fechada na década de 1980, merece algumas considerações. O fato da Confrio ter tido vida curta, remete a, pelo menos, duas possibilidades de interpretação que não são de todo excludentes. A primeira diz respeito à total ausência de planejamento que acompanhou os investimentos da SUDEPE e que no oportunismo da maré

dos incentivos fiscais, levou a criação de estruturas de terra para beneficiamento do setor pesqueiro, muitas vezes inoperantes, ociosas e de vida curta marcada por escândalos financeiros e administrativos. A segunda remete às análises estruturais da atividade pesqueira. O fato da pesca basear-se na captura de recursos não totalmente controlados, não permite que a racionalidade capitalista se imponha, em especial no setor da produção. Apesar dos processos que reduzem a incerteza da captura, o emprego de tecnologia e a expansão das frotas industriais sobre novas áreas de produção, a atividade pesqueira é marcada por uma forte influência da dinâmica da natureza que imprime os ciclos de reprodução e mobilidade das espécies, não permitindo o total controle sobre o processo produtivo.

A história recente, tem tido vários exemplos de como o avanço das capturas industriais sobre algumas espécies tem levado à destruição dos estoques e consequente falência de empresas voltadas a esta exploração.

Talvez como decorrência da dificuldade e mesmo conveniência de atuar no setor da captura, observa-se em várias partes do mundo, no Brasil e no litoral norte de São Paulo em particular, uma forte presença de empresas capitalistas no setor de comercialização e no setor de beneficiamento da produção subordinando

o trabalho e a produção de pescadores artesanais ou de pescadores que exercem a complementaridade entre a atividade pesqueira e outra modalidade de trabalho e vinculando-as à reprodução do capital (MARTINS, 1986; DIEGUES, 1983).

A economia do pescado apresenta vários agentes produtivos: pescadores, intermediários (pombeiros, geleiros, marchantes), peixarias, fábricas de gelo, atacadistas, estabelecimentos de varejo, processadoras do pescado, indústrias, dentre outros. Neste sentido cada modalidade desvenda as cadeias e redes de produção do pescado mais ou menos longas, atentando para o conjunto do processo produtivo, as modalidades de trabalho e as relações de subordinação e de dominação entre os agentes econômicos. No caso de Santa Maria (RS), o pescado comercializado na cidade articula circuitos produtivos locais, regionais e internacionais, estruturas de comércio locais e transnacionais e processos produtivos de escala artesanal, familiar e industrial (CARDOSO *et alli*, 2008).

Na perspectiva de entendimento das políticas institucionais para o setor pesqueiro e seus reflexos sobre a organização da atividade, pode-se atentar para a ação dos órgãos públicos na regulação do setor em seus distintos níveis. O conjunto de políticas para o setor pesqueiro repercute sobre os recursos,

sobre os ambientes e sobre os agentes produtivos, consistindo na análise das relações entre pesca e Estado.

No caso brasileiro, apesar de uma história remota de intervenção na atividade, em três momentos bem demarcados, a ação do Estado criou novas problemáticas e questões para o setor da atividade pesqueira no Brasil.

O primeiro, estudado por Silva (1991), é o da formação do Estado Nacional e do estabelecimento da Marinha de Guerra brasileira. Como estratégia de consolidação deste organismo das forças armadas, a Marinha atrelou a si os pescadores brasileiros, através da criação do sistema organizativo da categoria - Colônias, Federações e Confederação Nacional de Pescadores.

Recrutados como reserva estratégica da armada, a partir das duas primeiras décadas do século XX, os pescadores ainda hoje se mantêm atrelados à Marinha. A própria inoperância de várias Colônias de Pescadores é fruto desta estrutura imposta e que somente após a promulgação da Constituição de 1988, conquistou o status de organização sindical independente.

O segundo momento diz respeito à "modernização" da pesca promovida pela SUDEPE a partir da década de 1960. Dentro do modelo de desenvolvimento imposto pelo regime militar, a modernização conservadora promovida no

setor pesqueiro produziu, guardadas as especificidades setoriais e territoriais, os mesmos efeitos das políticas da Sudam e Sudene, quais sejam: concentração de riqueza, expropriação dos pequenos produtores e destruição acelerada dos recursos naturais.

Finalmente, o terceiro momento que está em curso, se refere ao que Breton e Estrada (1989) chamam de consolidação dos nacionalismos marinhos. Os acordos para a entrada em vigor das resoluções da CONVEMAR – Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, a respeito do Mar Territorial, das Zonas Econômicas Exclusivas e das áreas de Plataforma Continental, trazem desafios recentes para o ordenamento da atividade pesqueira em mar alto, bem como questões para uma geografia política dos mares.

Afora estes marcos a presença do Estado nas pescarias se dá a partir de todo o aparato legal da atividade, recentemente contemplada com uma nova lei da pesca e reestruturação dos órgãos federais de gestão da pesca, com a criação do Ministério de Pesca e Aquicultura. Tais políticas setoriais conectam-se com aquelas voltadas para a questão ambiental de modo mais geral e para as demais questões relativas aos processos de ocupação dos espaços marinhos, litorâneos e das águas continentais.



Frente aos processos de formação e transformação do setor pesqueiro no Brasil e das políticas delineados pelo estado, pescadores se defrontam com um amplo campo de embate, articulam suas práticas e formas de resistência ou aceitação. De um lado a politização do movimento de pescadores aparece como uma das ações levadas a cabo por estes sujeitos sociais nas discussões das questões que envolvem seus espaços de vida, moradia e trabalho, seu espaço geográfico e seus territórios.

Nesse sentido apreender as práticas formais e informais dos grupos de pescadores, suas ações legais ou não, individuais ou coletivas, permitirá vislumbrar necessidades e anseios presentes no mundo da pesca e que comportam uma das questões a serem identificadas analisando as demandas dos sujeitos sociais atuantes no setor e sua repercussão no espaço geográfico.

No trabalho de Silva (1991), sobre o processo de criação das Colônias de Pescadores no Brasil, efetivado entre os anos de 1919 e 1923, foi identificada uma dupla estratégia, do Estado e do capital, para com os pescadores, ou seja, atrelar os pescadores à Marinha de Guerra e organizar um mercado de trabalho para uma pescaria nascente organizada em moldes empresariais. Tal situação híbrida de organismo de representação dos pescadores e aparelho do Estado,

conforme frisado anteriormente, persistiu até 1988, quando o chamado movimento Constituinte da Pesca, levado a cabo pelos pescadores artesanais e seus organismos de apoio como a Comissão Pastoral da Pesca, logrou alcançar a equiparação das Colônias aos estatutos dos sindicatos, através da promulgação do artigo 8º da atual Constituição. Este momento pode ser considerado um marco no processo de mobilização e politização contemporânea da categoria dos trabalhadores da pesca.

A partir daí e ao longo das últimas duas décadas, o estabelecimento de um conjunto de políticas de financiamento da produção, preservação ambiental e gestão do território em várias esferas de governo, por vezes demanda a interlocução com os pescadores artesanais ou seus representantes, criando alguns canais de interlocução. Por outro lado, a representação dos trabalhadores da pesca se fragmenta em Colônias, Sindicatos, Cooperativas e Associações de finalidades diversas, por vezes reconhecidas oficialmente, ou não. Ao mesmo tempo se articulou em nível nacional o MONAPE – Movimento Nacional de Pescadores e outras entidades ligadas à pesca artesanal. Desde a criação da SEAP – atual Ministério de Pesca e Aquicultura, a interlocução do governo com os diversos segmentos de trabalhadores da pesca e dos demais agentes envolvidos no setor, têm se

dado no âmbito do CONAPE – Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, onde entidades representantes dos pescadores artesanais e de organismos de apoio têm assento.

Desde sua criação o CONAPE organizou três conferências nacionais para discussão dos temas de pesca e aquicultura e a elaboração das resoluções para o setor, a última tendo sido realizada em final de setembro e início de outubro de 2009. Antecedendo a 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca que se realizou entre os dias 30 de setembro e 2 de outubro de 2009, pescadores e entidades representativas dos pescadores artesanais realizaram a I Conferência Nacional da Pesca Artesanal durante os dias de 28, 29 e 30 de setembro, como uma forma de questionamento ao encaminhamento das conferências oficiais e das políticas para a pesca artesanal, abrindo novamente a discussão frente aos mecanismos de interlocução sociedade/estado e das propostas para a política da pesca.

### **POLITIZAÇÃO E MOVIMENTO DOS PESCADORES**

A politização do movimento dos pescadores e de suas manifestações ao longo dos últimos decênios tem sido acompanhada de uma maior visibilidade

destes sujeitos sociais como agentes políticos em luta por melhores condições de trabalho, moradia, saúde e pela valorização de seu saber. A articulação com outros setores para a reformulação dos instrumentos de gestão da pesca, pela incorporação da pesca de pequena escala como escopo das políticas para o setor, para que seja cumprida a legislação ambiental e para encaminhamento de denúncias e lutas, entre outros aspectos, apontam não só para os conflitos presentes entre a atividade pesqueira e demais usos dos espaços litorâneo, marinho e flúvio-lacustre, como aponta a importância do que convencionou tratar de pesca artesanal, na economia do pescado e como um setor que pode se aliar às estratégias de preservação dos recursos naturais. Esta importância se baseia na adoção de técnicas de captura de maior seletividade e de menor escala de predação, podendo ser considerada menos impactante ao ambiente explorado.

Consistindo em um processo de apropriação da natureza pelo trabalho humano a pesca extrativa apresenta uma forte dependência dos processos naturais. Além do aparato tecnológico, a aproximação com o objeto de trabalho - o pescado, pressupõe o conhecimento de alguns fenômenos naturais, tais como o conhecimento de ventos, águas, marés, fundos submarinos, correntes,

comportamento de peixes, entre uma série de outros processos, formando sistemas cognitivos próprios para a interpretação, apropriação e representação destes processos.

O conhecimento gerado neste processo, que tem entre suas características uma observação contínua da natureza, uma história vivida e observada de sucessão de contatos com o meio aquático, tem servido à reprodução das pescarias e fornecem elementos para a ação dos pescadores frente às questões ambientais tornando importante a contribuição do conhecimento dos pescadores na definição das políticas para o setor, aliando ao saber produzido na esfera das ciências que tem por objeto a atividade pesqueira.

Allut (2000) aponta a possibilidade de fracasso de parte de alguns modelos de gestão pesqueira propiciada pela ausência de diálogo e pouca valorização do conhecimento dos pescadores, em especial a partir de intervenções que alijaram os pescadores da discussão e da definição das medidas de gestão.

Além de questões ambientais, os pescadores e pescadoras artesanais em suas localidades e comunidades se defrontam com problemas de várias ordens, tais como questões de moradia, saúde, educação, comunicação, questões relacionadas à economia do pescado, como sujeição aos esquemas de intermediação, disputas com

frotas de maior escala, disputas territoriais, para os quais as lutas dos pescadores se direcionam com maior ou menor visibilidade e com estratégias diversas.

Suas formas de organização podem revelar ações de escalas distintas de abrangência. É a abertura da escola no povoado, o posto de saúde, o conflito com as frotas industriais e com a poluição, o ressarcimento dos danos ambientais pelo derramamento de óleo, as políticas de compensação, um novo modelo de pesca e de sociedade. Tais ações repercutem as esferas da vida e da reprodução da vida e por vezes vislumbram as possibilidades de coalisão dos pescadores com os demais segmentos da sociedade e o caráter fetichista, ou não, de sua ação política (BRETON *et alli*, 2005, GÓMEZ; THOMAZ JR, 2005).

Ao término das duas conferências de setembro e outubro estas questões se atualizam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALLUT, A. G. O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas pesqueiras. In DIEGUES, A. C. S. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000, p. 101-123.

ANTUNES, R. (Org.). **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

- BERNARDES, L. M. C. Pescadores da Ponta do Cajú : aspectos da contribuição de portugueses e espanhóis para o desenvolvimento da pesca na Guanabara. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n.2, ano XX, 1958. LXVIII, julho, 1940.
- BRETON, Y.; ESTRADA, E. L. **Ciências sociales y desarrollo de las pesquerías: modelos y métodos aplicados al caso de México**. México-DF: Instituto Nacional de Antropología y Historia, 1989.
- BRETON, Y., CAVANAGH, J. Mobilização de pescadores e política municipal em São Sebastião. In DIEGUES, A. C. S. (org.). **O Olhar estrangeiro -enciclopédia caiçara**. São Paulo, Hucitec/Nupaub, v. III, 2005.
- CARDOSO, E. S. **Vitoreiros e monteiros: ilhéus do litoral norte paulista**. São Paulo, Dissertação de Mestrado – Geografia, FFLCH-USP, 1996.
- CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. São Paulo: 1v. (Tese - Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.
- CARDOSO, E. S. Geografia e a questão pesqueira: tecendo redes de investigação. In **Biblio3W**, Barcelona, v. XII, 2007.
- CARDOSO, E. S.; NEU, V.; SILVA, F. da; SCHERER, M. F.; CORREIA, I. Os circuitos econômicos do pescado em Santa Maria. In **Geografia**, Londrina, V. 15, p.81-94, 2008.
- CARDOSO, E. S.; FURLAN, M. C.; MARTINS, J.; KEMEL, S. **Pesca e atividades complementares em águas interiores do Rio Grande do Sul**. 2009, no prelo.
- CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do mundo**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DIAS NETO, J.; DORNELLES, L. D. **Diagnóstico da pesca marítima no Brasil**. Brasília: IBAMA, 1996.
- DIEGUES, A. C. S.. Formas de organização da produção pesqueira: alguns aspectos metodológicos. In: **Encontro de ciências sociais e o mar no Brasil**, 2. São Paulo, Coletânea de Trabalhos Apresentados, São Paulo, PPCAUB/Fundação Ford/IOUSP/UICN, 1988.
- DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ed. Ática, 1983.
- DIEGUES, A. C. S. **O movimento social dos pescadores artesanais brasileiros**. São Paulo, PPCAUB/Pró Reitoria de Pesquisa-USP/F. Ford/UICN, 1990, Texto Datilografado.
- DIEGUES, A. C. S. Os pescadores artesanais e a questão ambiental . In **Proposta** . Rio de Janeiro, 1992, n.53, p.31-34.
- GODELIER, M. A Parte Ideal do Real. In: **Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo, Ed. Ática, n.21, 1981.
- GÓMEZ, J. M. G.; THOMAZ JÚNIOR, A. Novo sentido da luta de classes e do controle social no meio rural: uma contribuição à geografia do conflito capital x trabalho. In: **Ciência Geográfica**, Bauru, AGB-Bauru, v. XI, jan./abr. 2005, p. 12-19.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- IBAMA. **Estatísticas da pesca - 2004** . Brasília: MMA, 2005.
- LAGO, P. F. A. Contribuição geográfica ao estudo da pesca no litoral de Santa Catarina. In: **Revista Brasileira de Geografia**, v. 23, n.1, 1961, p. 121 - 215.
- LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona, Ed. Península, 4 ed.,1978.

- MALDONADO, S.C. **Pescadores do mar**. São Paulo, Ed. Ática, 1986.
- MALDONADO, S. C. **Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo, Annablume, 1993.
- MARTINS, J. S. - Pequena produção agrícola - antimito da produção capitalista no campo. In **Reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"**. São Paulo, Hucitec, 1986.
- MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARX, K. ; ENGELS, F. **A ideologia alemã** - Teses Sobre Feuerbach. São Paulo, Ed. Moraes, 1984.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MORAES, A. C. R. Território. In: **Orientação**. Instituto de Geografia-USP, n.5. 1984.
- MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MUSSOLINI, G. Cultura caiçara. In **Ensaio de antropologia indígena e caiçara**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- NOVAES, J.R.P. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. In: NOVAES, J. R. P.; ALVES, F. J. C. (org.) **Migrantes**. São Carlos: EDUFSCAR. p. 87-118, 2007.
- OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1996.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. In: FERNANDES, B.M. In: **Campesinato e Agronegócio na América Latina: A questão agrária atual**. São Paulo: Expressão popular, 2007, p 195-221.
- SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.
- SEAP – SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA. **Registro geral da pesca**. Brasília: SEAP, 2006.
- SEAP – SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA. **3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca**. Brasília: SEAP, 2009.
- SILVA, L. G. S. **Pescadores, militares e burgueses: legislação pesqueira e cultura marítima no Brasil (1840-1930)**. Recife, Dissertação de Mestrado - UFPE, 1991.
- SILVA, L. G. S. (coord.). **Os pescadores na história do Brasil**. Recife, CPP/Vozes, 1988.
- THOMAZ JÚNIOR, A. A biodiversidade para além da preservação: biotecnologia, desenvolvimento sustentado, patenteamento da vida: o 'colonialismo genético' em questão (noções introdutórias). **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, v.16, p.74-93, 1994.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Dignidade roubada e barbárie: um espectro ronda nossas vidas. Espaço Acadêmico, Maringá, v. 1, n. 11, p. 1, 2002.
- THOMAZ JÚNIOR, A. "Jogo" de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: a contra-reforma agrária no governo Lula. **Pegada**, Presidente Prudente, n.4, v.1, p. 5-17, 2003a.
- THOMAZ JÚNIOR, A. "O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica". **Ciência Geográfica**, Bauru, ano 9, v.9, n.1, jan. abr., p.96-103, 2003b.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A (Des)Ordem Societária e Territorial do Trabalho. In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social**. São Paulo, Casa Amarela/Paz e Terra, 2004, p.71-86.

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho e Territórios em Disputa (Algumas Considerações). In: PAULINO, E. T. (Org.). **Campesinato em Movimento**. III Simpósio Internacional de Geografia Agrária; IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Londrina, 2007a. p.223-247.

THOMAZ JR., A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI**". (Limites

**Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos**. (Tese de Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2009. (997p).

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARDOSO, E. S. Trabalho e Pesca: Apontamentos para a Investigação. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 2, 31 dezembro 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada102/05eduardo1002.pdf>>. Acesso em: \_\_.\_\_. 20\_\_.